

***Concessionária das Rodovias  
Ayrton Senna e Carvalho  
Pinto S.A. - Ecopistas***

*Demonstrações Financeiras  
Referentes ao Exercício Findo em  
31 de Dezembro de 2012 e  
Relatório dos Auditores Independentes  
sobre as Demonstrações Financeiras*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da  
Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas  
Itaquaquecetuba - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras**

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRSs”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Opinião sobre as demonstrações financeiras**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRSs, emitidas pelo IASB.

### **Outros assuntos**

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (“DVA”), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, elaborada sob a responsabilidade de sua Administração, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRSs, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 4 de março de 2013



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Ismar de Moura  
Contador  
CRC nº 1 SP 179631/O-2

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2012	31/12/2011	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2012	31/12/2011
<b>CIRCULANTE</b>				<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	25.882	110.020	Fornecedores		12.776	6.831
Clientes	6	14.342	11.886	Debêntures	15	30.047	56.671
Tributos a recuperar	7	734	390	Empréstimos e financiamentos	14	10.480	10.492
Despesas antecipadas	8	1.334	1.333	Partes relacionadas - fornecedores	16	1.279	-
Outros créditos		1.194	52	Impostos, taxas e contribuições a recolher	13	2.687	2.733
Total do ativo circulante		<u>43.486</u>	<u>123.681</u>	Obrigações sociais e trabalhistas		2.490	1.855
				Provisão para manutenção	17	-	1.351
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				Provisão para construção de obras futuras	18	2.142	12.527
Títulos e valores mobiliários - vinculados	5	50.074	37.201	Credor pela concessão	19	590	570
Tributos diferidos	12.a)	-	4.466	Provisão para imposto de renda e contribuição social		-	84
Partes relacionadas	16	1	-	Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	21.d)	13.485	6.593
Depósitos judiciais	9	2.356	25	Outras contas a pagar		4.958	4.258
Imobilizado	10	25.045	21.572	Total do passivo circulante		<u>80.934</u>	<u>103.965</u>
Intangível	11	812.405	721.783				
Total do ativo não circulante		<u>889.881</u>	<u>785.047</u>	<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
				Empréstimos e financiamentos	14	104.122	86.272
				Debêntures	15	389.703	355.649
				Partes relacionadas - mútuo	16	81.158	134.994
				Provisão para manutenção	17	6.726	4.843
				Provisão para construção de obras futuras	18	7.941	-
				Provisão para perdas trabalhistas e cíveis	20	408	63
				Tributos diferidos	12.a)	13.076	9.997
				Outras contas a pagar	5	14.166	-
				Total do passivo não circulante		<u>617.300</u>	<u>591.818</u>
				<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
				Capital social	21.a)	191.725	191.725
				Reserva de capital - plano de opção com base em ações	21.c)	114	52
				Reserva de lucros - dividendos adicionais propostos	21.d)	40.455	19.780
				Reserva de lucros - legal	21.b)	2.839	1.388
				Total do patrimônio líquido		<u>235.133</u>	<u>212.945</u>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<u>933.367</u>	<u>908.728</u>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<u>933.367</u>	<u>908.728</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Em milhares de reais - R\$, exceto o valor por ação)

---

	Nota <u>explicativa</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
RECEITA LÍQUIDA	22	316.326	250.252
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	23	(188.299)	(136.408)
LUCRO BRUTO		<u>128.027</u>	<u>113.844</u>
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas gerais e administrativas	23	(14.877)	(15.288)
Outras despesas, líquidas		<u>(3)</u>	<u>(2)</u>
		(14.880)	(15.290)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>113.147</u>	<u>98.554</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	24	8.176	18.757
Despesas financeiras	24	<u>(77.316)</u>	<u>(86.160)</u>
		(69.140)	(67.403)
LUCRO OPERACIONAL E ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>44.007</u>	<u>31.151</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Correntes	12.b)	(7.374)	(5.028)
Diferidos	12.b)	<u>(7.615)</u>	<u>(5.575)</u>
		(14.989)	(10.603)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>29.018</u>	<u>20.548</u>
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO (EM R\$) - BÁSICO E DILUÍDO	25	<u>0,15</u>	<u>0,11</u>

---

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011  
(Em milhares de reais - R\$)

---

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	29.018	20.548
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>29.018</u>	<u>20.548</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011  
 (Em milhares de reais - R\$, exceto o valor por ação)

	Nota explicativa	Capital social Subscrito	Reserva de capital Plano de opção com base em ações	Legal	Reserva de lucros Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010		191.725	-	361	5.139	-	197.225
Plano de opção com base em ações	21.c)	-	52	-	-	-	52
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	20.548	20.548
Destinação do lucro:							
Reserva legal	21.b)	-	-	1.027	-	(1.027)	-
Dividendos propostos (R\$0,03 por ação)	21.d)	-	-	-	-	(4.880)	(4.880)
Constituição de reserva para dividendos (R\$0,08 por ação)	21.d)	-	-	-	14.641	(14.641)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011		191.725	52	1.388	19.780	-	212.945
Plano de opção com base em ações	21.c)	-	62	-	-	-	62
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	29.018	29.018
Destinação do lucro:							
Reserva legal	21.b)	-	-	1.451	-	(1.451)	-
Dividendos propostos (R\$0,04 por ação)	21.d)	-	-	-	-	(6.892)	(6.892)
Constituição de reserva para dividendos (R\$0,11 por ação)	21.d)	-	-	-	20.675	(20.675)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012		191.725	114	2.839	40.455	-	235.133

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011  
(Em milhares de reais - R\$)

	31/12/2012	31/12/2011
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	44.007	31.151
Ajustes para reconciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	23.604	19.526
Perda/baixa do ativo imobilizado e do intangível	280	596
Encargos financeiros e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	66.443	68.419
Constituição de provisão para perdas trabalhistas e cíveis e atualização monetária	391	58
Constituição de provisão para manutenção e construção de obras futuras, líquida	184	2.555
Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção e obras futuras	991	1.567
Receita sobre títulos e valores mobiliários	(3.470)	(1.230)
Tributos diferidos	(70)	-
Plano de opção com base em ações	62	52
Juros sobre contrato de mútuo	9.256	15.175
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Clientes	(2.456)	(2.438)
Tributos a recuperar	(344)	(243)
Despesas antecipadas	(1)	669
Depósitos judiciais	(2.331)	(25)
Outros créditos	(1.142)	572
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	5.945	2.100
Obrigações sociais e trabalhistas	635	132
Impostos, taxas e contribuições a recolher	(46)	734
Pagamento de provisão para perdas trabalhistas e cíveis	(46)	(83)
Outras contas a pagar	14.866	(5.722)
Partes relacionadas	324	-
Pagamento de provisão para manutenção e construção de obras	(3.087)	-
Imposto de renda e contribuição social pagos	(7.458)	(5.779)
Juros pagos	(55.340)	(14.924)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>91.197</u>	<u>112.862</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Partes relacionadas - mútuo	(62.138)	12.623
Aquisição de imobilizado	(9.560)	(9.396)
Aquisição de intangível	(108.419)	(58.069)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(180.117)</u>	<u>(54.842)</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Títulos e valores mobiliários	(9.403)	(35.971)
Captação de debêntures	-	357.025
Captação de empréstimos e financiamentos	27.999	96.227
Pagamento de credor pela concessão	20	63
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	(13.834)	(371.000)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	<u>4.782</u>	<u>46.344</u>
<b>(REDUÇÃO) AUMENTO LÍQUIDO(A) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<u>(84.138)</u>	<u>104.364</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	110.020	5.656
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	25.882	110.020
<b>(REDUÇÃO) AUMENTO LÍQUIDO(A) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<u>(84.138)</u>	<u>104.364</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011  
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
RECEITAS		
Com arrecadação de pedágio	211.787	194.611
Com construção	113.633	64.478
Outras receitas	<u>10.037</u>	<u>8.690</u>
	<u>335.457</u>	<u>267.779</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Custo dos serviços prestados	(153.627)	(106.077)
Materiais, energia e serviços de terceiros	(7.572)	(9.210)
Outros	<u>-</u>	<u>(1)</u>
	<u>(161.199)</u>	<u>(115.288)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>174.258</u>	<u>152.491</u>
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	(23.604)	(19.526)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	<u>150.654</u>	<u>132.965</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras	8.176	18.757
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>158.830</u>	<u>151.722</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	<u>158.830</u>	<u>151.722</u>
Pessoal	<u>18.376</u>	<u>16.885</u>
Remuneração direta	14.711	13.922
Benefícios	3.015	2.393
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS	650	570
Impostos, taxas e contribuições	<u>34.120</u>	<u>28.129</u>
Federais	23.086	18.022
Municipais	11.034	10.107
Remuneração de capitais de terceiros	<u>77.316</u>	<u>86.160</u>
Juros	42.861	44.105
Outras	34.455	42.055
Remuneração de capitais próprios	<u>29.018</u>	<u>20.548</u>
Reserva legal	1.451	1.027
Dividendos propostos	6.892	4.880
Constituição de reserva de dividendos	20.675	14.641

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E  
CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011  
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

---

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas (“Ecopistas” ou “Companhia”), constituída em 27 de abril de 2009, iniciou suas atividades em 18 de junho de 2009 e tem como objeto social a operação, mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias nos termos e limites do contrato de concessão, do conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna e Carvalho Pinto, pelo regime de concessão com prazo inicial de 30 anos, com previsão para encerramento em 18 de junho de 2039, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nele contidos de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo. A sede da Companhia fica localizada na Rodovia Ayrton Senna, km 32, Pista Oeste. As ações da Companhia não são negociadas em Bolsa de Valores.

2. APRESENTAÇÃO E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem as práticas contábeis adotadas no Brasil incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRSs”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se informado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (“moeda funcional”). As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, a moeda funcional da Companhia.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e com baixo risco de variação no valor, sendo demonstrados pelo custo, acrescido dos juros auferidos. O caixa e equivalentes de caixa são classificados como empréstimos e recebíveis, e seus rendimentos são registrados no resultado do exercício.

## 2.5. Ativos e passivos financeiros

### a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias: (i) pelo valor justo através do resultado; (ii) mantidos até o vencimento; (iii) empréstimos e recebíveis; e (iv) disponíveis para venda. A classificação depende da natureza e do propósito dos ativos financeiros e é determinada no reconhecimento inicial.

#### Ativos financeiros pelo valor justo através do resultado

Ativos financeiros são mensurados ao valor justo pelo resultado quando são mantidos para negociação ou, no momento do reconhecimento inicial, são designados pelo valor justo através do resultado. Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação quando:

- É adquirido principalmente para o propósito de venda em prazo muito curto.
- É parte de uma carteira identificada de instrumentos financeiros que a Companhia administra em conjunto e que tenha um padrão recente real de lucros no curto prazo.
- É um derivativo que não é designado e efetivo como instrumento de “hedge” em uma contabilização de “hedge”.

Um ativo financeiro que não seja mantido para negociação pode ser designado ao valor justo através do resultado no reconhecimento inicial quando:

- Essa designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência surgida em sua mensuração ou seu reconhecimento.
- For parte de um grupo administrado de ativos ou passivos financeiros ou ambos, seu desempenho for avaliado com base no valor justo de acordo com a gestão dos riscos ou a estratégia de investimento documentada pela Companhia, e as respectivas informações forem fornecidas internamente com a mesma base.
- For parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e o pronunciamento técnico CPC 38 e a norma IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração permitirem que o contrato combinado como um todo (ativo ou passivo) seja designado ao valor justo através do resultado.

Ativos financeiros pelo valor justo através do resultado são avaliados ao valor justo, com ganhos ou perdas reconhecidos no resultado do exercício. Ganhos ou perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelo ativo financeiro.

### Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis e datas de vencimento fixas e que a Companhia tenha a intenção e habilidade de manter até o vencimento são classificados nessa categoria. Ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros, deduzido de provisão para perdas do valor recuperável (“impairment”). A receita com juros é reconhecida aplicando-se o método da taxa efetiva de juros.

### Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros que têm pagamentos fixos ou determináveis e não são cotados em um mercado ativo, sendo mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros, deduzido de provisão para perdas do valor recuperável (“impairment”). A receita com juros é reconhecida aplicando-se o método da taxa efetiva de juros, exceto para os recebíveis de curto prazo, quando o reconhecimento dos juros for imaterial.

### Ativos financeiros disponíveis para venda

São aqueles que não são derivativos e são designados como disponíveis para venda ou não são classificados nas categorias apresentadas anteriormente.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a correção monetária e a variação cambial, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, quando incorridos. As variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidas em rubrica específica do patrimônio líquido quando incorridas, sendo baixadas para o resultado do exercício no momento em que são realizadas em caixa ou consideradas não recuperáveis.

### Método da taxa efetiva de juros

É um método de calcular o custo amortizado de um ativo ou passivo financeiro e alocar a receita ou despesa dos juros durante o exercício. A taxa efetiva de juros é aquela que desconta exatamente os recebimentos ou pagamentos futuros estimados de caixa (incluindo todas as taxas pagas ou recebidas que formam parte integral da taxa efetiva de juros, custos de transação e outros prêmios ou descontos) através da vida esperada do ativo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor.

## b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados: (i) pelo valor justo através do resultado; ou (ii) como outros passivos financeiros.

### Passivos financeiros pelo valor justo através do resultado

São classificados nessa categoria os passivos financeiros mantidos para negociação ou quando mensurados pelo valor justo através do resultado.

Um passivo financeiro é classificado como mantido para negociação quando:

- For incorrido principalmente com o propósito de recompra em futuro próximo.
- For parte de uma carteira identificada de instrumentos financeiros que a Companhia administra em conjunto e que tenha um padrão realizado de lucros no curto prazo.
- For um derivativo que não esteja designado como um instrumento de “hedge” efetivo.

Passivos financeiros que não sejam classificados como mantidos para negociação podem ser designados como valor justo através do resultado no reconhecimento inicial quando:

- Tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência na mensuração ou no reconhecimento que poderia surgir.
- Compuserem parte de um grupo de ativos ou passivos financeiros ou de ambos, o qual seja administrado e cuja “performance” seja avaliada com base em seu valor justo, de acordo com a administração de risco documentada ou a estratégia de investimento da Companhia, e as informações sobre esse grupo forem fornecidas nessa base internamente.
- Forem parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e o pronunciamento técnico CPC 38 e a norma IAS 39 permitirem que o contrato combinado como um todo (ativo ou passivo) seja designado ao valor justo através do resultado.

Passivos financeiros pelo valor justo através do resultado são demonstrados ao valor justo, com ganhos ou perdas reconhecidos no resultado. Os ganhos ou as perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam quaisquer juros pagos no passivo financeiro.

#### Outros passivos financeiros

São inicialmente mensurados ao valor justo, líquido dos custos da transação, e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado usando-se o método da taxa efetiva de juros, sendo as despesas com juros reconhecidas com base no rendimento. O método da taxa efetiva de juros é um método que calcula o custo amortizado de um passivo e aloca as despesas com juros durante o período relevante. A taxa efetiva de juros é aquela que desconta exatamente os pagamentos estimados futuros de caixa através da vida esperada do passivo financeiro ou, quando aplicável, por um período menor.

#### 2.6. Imobilizado

Os terrenos não são depreciados. As edificações, os móveis e utensílios, as máquinas e os equipamentos estão demonstrados ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

A depreciação é reconhecida pelo método linear pelo menor prazo entre a vida útil estimada de cada ativo e o prazo da concessão. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente na data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

## 2.7. Ativos intangíveis

A Companhia reconhece um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços quando ela tem um direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão. Um ativo intangível recebido como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo mediante o reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, o qual inclui os custos de empréstimo capitalizados, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os sistemas de software são registrados ao custo de aquisição, sendo a amortização registrada pelo prazo de até cinco anos de forma linear.

## 2.8. Provisão para recuperação de ativos de vida longa com prazos determinados

A Administração revisa o valor contábil dos ativos de vida longa, principalmente o imobilizado e intangíveis de vida útil definida (substancialmente representados pelos ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão) a serem mantidos e utilizados nas operações da Companhia, com o objetivo de determinar e avaliar sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado.

São realizadas análises para identificar as circunstâncias que possam exigir a avaliação da recuperação dos ativos de vida longa e medir a taxa potencial de deterioração. Os ativos são agrupados e avaliados segundo a possível deterioração, com base nos fluxos futuros de caixa projetados descontados do negócio durante a vida remanescente estimada dos ativos, conforme o surgimento de novos acontecimentos ou novas circunstâncias. Nesse caso, uma perda seria reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo de vida longa.

## 2.9. Passivos financeiros

### Outros passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia são substancialmente representados por fornecedores, debêntures e credor pela concessão (vide notas explicativas nº 14, nº 15 e nº 19). Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária ou cambial incorridos. Quando aplicável, serão demonstrados pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

São classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

## 2.10. Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida.

Os ganhos sobre investimentos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos, ainda não gastos com o ativo qualificável, são deduzidos dos custos com empréstimos elegíveis para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício em que são incorridos.

## 2.11. Tributação

### a) Tributos correntes

A provisão para imposto de renda está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

### b) Tributos diferidos

O imposto de renda diferido (“tributo diferido”) é reconhecido sobre as diferenças temporais no fim de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporais tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporais dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporais dedutíveis possam ser utilizadas. Os impostos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporais resultantes de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no exercício no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no fim de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no fim de cada exercício de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

- c) As receitas com arrecadação de pedágio e outras estão sujeitas ao Imposto Sobre Serviços - ISS, ao Programa de Integração Social - PIS e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins cumulativos, que são apresentados como dedução da receita operacional bruta nas demonstrações do resultado.

## 2.12. Provisões

- a) Provisão para perdas trabalhistas e cíveis

São reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

Os fundamentos e a natureza das provisões para perdas trabalhistas e cíveis estão descritos na nota explicativa nº 20.

- b) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A parcela significativa do contas a receber refere-se à parte relacionada Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP, controlada em conjunto da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., que presta serviços de administração à gestão dos meios de pagamentos “Sem Parar”. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída, se necessária, com base em estimativas de perdas.



c) Provisão para manutenção referente aos contratos de concessão

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente nas datas dos balanços, em contrapartida ao custo do exercício para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível especificado de operacionalidade. O passivo, a valor presente, deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das manutenções.

2.13. Demais passivos circulante e não circulante

Demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos até as datas dos balanços.

2.14. Benefícios a empregados - plano de opção com base em ações

A Companhia oferece a seus empregados plano de opção com base em ações e recebe os serviços como contraprestações. O plano de opção será liquidado com as ações da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

O plano de opção com base em ações para empregados é mensurado pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio na data da outorga. Vide nota explicativa nº 21.c).

O valor justo das opções concedidas determinado na data da outorga é registrado pelo método linear como despesa no resultado do exercício durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas da Companhia sobre quais opções concedidas serão eventualmente adquiridas, com correspondente aumento do patrimônio. No fim de cada exercício de relatório, a Companhia revisa suas estimativas sobre a quantidade de instrumentos de patrimônio que será adquirida. O impacto da revisão em relação às estimativas originais, se houver, é reconhecido no resultado do exercício, de tal forma que a despesa acumulada reflita as estimativas revisadas com o correspondente ajuste ao patrimônio líquido na rubrica “Reserva de capital - plano de opção com base em ações”, que registrou o benefício aos empregados.

2.15. Reconhecimento da receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de cancelamentos. O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se:

- As receitas de pedágio são reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio.
- As receitas decorrentes de vendas antecipadas de cupons de pedágio são contabilizadas como “Receitas antecipadas”, no passivo circulante, na rubrica “Outras contas a pagar”, sendo apropriadas como receitas ao resultado do exercício à medida que os usuários passam pela praça de pedágio.

- A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida com base no estágio de conclusão da obra realizada. As receitas de operação e serviço são reconhecidas no exercício no qual os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.

#### 2.16. Receitas e despesas financeiras

Representam juros e variações monetárias e cambiais decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, debêntures, credor pela concessão e provisão para manutenção.

#### 2.17. Dividendos e juros sobre o capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar” por ser considerada como uma obrigação legal prevista no Estatuto Social da Companhia.

Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido.

#### 2.18. Lucro básico e diluído por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação.

#### 2.19. Demonstração do valor adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras.

A demonstração do valor adicionado foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da demonstração do valor adicionado apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

## 2.20. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

A Companhia não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não adotadas:

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013:

- IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas - de acordo com a IFRS 10, existe somente uma base de consolidação, ou seja, o controle. Adicionalmente, a IFRS 10 inclui uma nova definição de controle.
- IFRS 11 - Negócios em Conjunto - aborda como um acordo de participação em que duas ou mais partes têm controle conjunto deve ser apresentado.
- IFRS 12 - Divulgações de Participações em Outras Entidades - é uma norma de divulgação aplicável a entidades que possuem participações em controladas, acordos de participação, coligadas e/ou entidades estruturadas não consolidadas.
- IFRS 13 - Mensuração do Valor Justo - apresenta uma fonte única de orientação para as mensurações do valor justo e divulgações acerca das mensurações do valor justo.
- Modificações à IFRS 7 - Divulgação - Compensação de Ativos Financeiros e Passivos Financeiros - aumentam as exigências de divulgação das transações envolvendo ativos financeiros.
- Modificações à IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12 - foram emitidas para esclarecer certas regras de transição na aplicação dessas IFRSs pela primeira vez.
- IAS 19 (revisada em 2011) - Benefícios a Empregados - altera a contabilização dos planos de benefícios definidos e dos benefícios de rescisão.
- IAS 27 (revisada em 2011) - Demonstrações Financeiras Separadas - reflete modificações na contabilização de participação não controladora (minoritária) e trata, principalmente, da contabilização de modificações de participações societárias em subsidiárias feitas posteriormente à obtenção do controle.
- IAS 28 (revisada em 2011) - Investimentos em Coligadas e “Joint Ventures” - as alterações tiveram como objetivo esclarecer procedimentos na aplicação dos testes de “impairment” em coligadas e “joint ventures”.
- Modificações às IFRSs - as melhorias anuais ao ciclo de IFRSs 2009 - 2011 incluem várias alterações a diversas IFRSs. As alterações às IFRSs são aplicáveis a períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013 e incluem:
  - a) Alterações à IAS 16 - Imobilizado - as alterações à IAS 16 esclarecem que as peças de substituição, os equipamentos-reserva e os equipamentos de serviço devem ser classificados como imobilizado, conforme estejam de acordo com a definição de imobilizado da IAS 16, e, de outra forma, como estoque.

- b) Alterações à IAS 32 - Instrumentos Financeiros - Apresentação - esclarecem que o imposto de renda relacionado às distribuições dos titulares de instrumentos patrimoniais e aos custos das transações patrimoniais deve ser contabilizado de acordo com a IAS 12 - Impostos sobre o Lucro.

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014:

- Modificações à IAS 32 - Compensação de Ativos e Passivos Financeiros - tratam da classificação de certos direitos denominados em moeda estrangeira, como instrumentos patrimoniais ou passivos financeiros.

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015:

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros.

A Administração da Companhia avaliou essas novas normas e interpretações e não espera efeitos significativos sobre os valores reportados.

- Em decorrência do compromisso do CPC de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações e modificações feitas pelo IASB, é esperado que essas alterações e modificações sejam editadas pelo CPC até a data de sua aplicação obrigatória.

Até o momento, os seguintes pronunciamentos já foram editados pelo CPC:

CPC 19 (R2)	Negócios em Conjunto (equivalente à IFRS 11)
CPC 33 (R1)	Benefícios a Empregados (equivalente à IAS 19 revisada)
CPC 36 (R3)	Demonstrações Consolidadas (equivalente à IFRS 10)
CPC 45	Divulgação de Participações em Outras Entidades (equivalente à IFRS 12)
CPC 46	Mensuração do Valor Justo (equivalente à IFRS 13)

### 3. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTO

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas de IFRSs e as normas do CPC determina que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

As informações a respeito de incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos circulantes e não circulantes, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas através de estudos econômicos de projeção de tráfego, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para perdas trabalhistas e cíveis, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Companhia, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

#### Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível ou ativo financeiro, e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos contratos de concessão. O tratamento contábil aplicado ao contrato de concessão da Companhia e suas características estão descritos na nota explicativa nº 30.

#### Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. A contabilização de adições subsequentes aos ativos intangíveis somente ocorrerá quando da prestação de serviço de construção relacionado com ampliação/melhoria da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, com contrapartida ao ativo intangível.

#### Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão limitado ao prazo final das respectivas concessões. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá em virtude da curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada através de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos de cada contrato de concessão.

A Companhia utiliza modelos econométricos para projeção de tráfego, que são periodicamente reavaliados analisando variáveis independentes para projeção, tais como variáveis macroeconômicas (Produto Interno Bruto - PIB, Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M, dólar norte-americano, exportação e importação, índices de combustíveis, índices de confiança do consumidor, Índice de Preços ao Consumidor - IPC), setoriais (produção e venda de automóveis e veículos comerciais, PIB agrícola, PIB industrial, PIB serviços, índice ABCR), “commodities” (açúcar, soja em grão e em farelo, preço de petróleo WTI e Brent, movimentação de cargas de milho, complexo de soja e fertilizantes no Porto de Paranaguá), clima (pluviometria e temperatura), sazonalidade (meses do ano, quantidade de feriados no mês, dia da semana do feriado) e variáveis estruturais (novas pistas, novas praças de pedágio). A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego nas rodovias sob sua concessão; nessas projeções não é considerado o potencial aumento de tráfego decorrente da realização de obras futuras.

### Determinação das receitas de construção

Quando a concessionária presta serviços de construção, ela deve reconhecer a receita de construção pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização das margens de construção a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, para alguma parte relacionada que efetua os serviços de construção. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

A Administração da Companhia entende que as receitas de construção estão registradas ao valor justo.

### Determinação do ajuste a valor presente de determinados ativos e passivos

Para determinados ativos e passivos que fazem parte das operações da Companhia, a Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, os ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

- Provisão para obras futuras decorrentes dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia e provisão para manutenção decorrente dos custos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionados à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização.

A mensuração dos valores presentes dessas provisões foi calculada através do método de projeção de fluxos de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações (estimados para todo o período de concessão) e descontada através da aplicação da taxa de desconto, de 11,99% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na média ponderada das captações.

- Credores da concessão: decorrentes das obrigações incorridas pela Companhia relacionadas ao direito de outorga. A mensuração e os critérios dos respectivos valores estão detalhados na nota explicativa nº 19.

### Análise de recuperação de ativos de vida útil determinada

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Companhia analisa se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso sejam identificadas tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (b) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil desse ativo (“impairment” ou deterioração). Para os ativos registrados pelo custo, a redução ao valor recuperável é registrada ao resultado do exercício. Se não for determinado o valor recuperável de um ativo individualmente, é realizada a análise do valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence. A Companhia não identificou situações que requerem o reconhecimento de provisão em 31 de dezembro de 2012 e de 2011.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Caixa e bancos	1.997	4.591
Aplicações financeiras:		
Fundo exclusivo (a)	3.826	-
Certificados de Depósito Bancário - CDBs (b)	<u>20.059</u>	<u>105.429</u>
	<u>25.882</u>	<u>110.020</u>

(a) Fundo constituído na forma de fundo exclusivo, que se enquadra na categoria “renda fixa”, de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador. Para atingir seus objetivos, o Fundo deverá possuir no mínimo 80% da carteira em ativos relacionada diretamente ao seu principal fator de risco, conservador, sendo composta basicamente por títulos públicos e papéis de instituições privadas. Os saldos possuem conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e a Companhia possui o direito de resgate imediato e sem o risco de mudança significativa de valor.

O Fundo não pode realizar operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido.

O Fundo não pode estar exposto a determinados ativos, tais como ações, índice de ações e derivativos referenciados nestes, com exceção de operações que se utilizem de tais instrumentos para produzir rendimentos predeterminados.

Em 31 de dezembro de 2012, a carteira do Fundo de títulos e valores mobiliários era composta por 62,5% em CDB, 1,6% em LF e 2,9% em títulos públicos federais.

As aplicações financeiras vinculadas são formadas por CDBs e fundos de investimentos, remunerados à taxa de 100,9% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.

(b) Os recursos não vinculados referem-se substancialmente a aplicações financeiras em CDBs, remunerados à taxa de 80,0% do CDI, sem o risco de mudança significativa do valor. Os prazos de resgate variam entre um e três meses e possuem liquidez imediata, e a Companhia possui o direito de resgate imediato. A Companhia possui ainda aplicação financeira no Itaú Unibanco, na qual os recursos disponíveis no final do mês são automaticamente aplicados e remunerados à taxa de 20,0% do CDI, sem o risco de mudança significativa do valor. A referida aplicação possui liquidez imediata. Em 31 de dezembro de 2012, o valor aplicado nessa modalidade é de R\$885 (R\$158 em 31 de dezembro de 2011).

## 5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS - VINCULADOS

Os títulos e valores mobiliários - vinculados são investimentos temporários no não circulante, representados por títulos de alta liquidez.

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
CDBs (a)	38.223	37.201
Poupança (b)	<u>11.851</u>	<u>-</u>
	<u>50.074</u>	<u>37.201</u>

(a) Os CDBs são remunerados a taxas que variam entre 80,0% e 100,9% do CDI e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços. Embora as aplicações possuam liquidez imediata, foram classificadas como títulos e valores mobiliários - vinculados por estarem vinculadas ao processo de liquidação das debêntures e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES da Companhia como garantia de recursos de pagamento de juros e principal (vide nota explicativa nº 15).

(b) Refere-se ao Termo de Compromisso de Compensação Ambiental que a Companhia celebrou com a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB, comprometendo-se a utilizar os recursos a título de compensação ambiental nas ações a serem definidas e deliberadas pela Câmara de Compensação Ambiental - CCA. Há um saldo de valor correspondente contabilizado no passivo não circulante referente à obrigação.

## 6. CLIENTES

Representados por faturas a receber de clientes pela locação de painéis publicitários, ocupação de faixa de domínio e acessos e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias.

A composição está assim representada:

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Pedágio eletrônico - partes relacionadas (*)	11.702	10.748
Pedágio eletrônico - outros	728	390
Cupons de pedágio	237	219
Arrendamento de áreas	<u>1.675</u>	<u>529</u>
	<u>14.342</u>	<u>11.886</u>

(\*) A parte relacionada Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP, controlada direta da Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A., presta serviços de administração à gestão dos meios de pagamentos "Sem Parar". Vide nota explicativa nº 16.

Em 31 de dezembro de 2012, a Administração, com base em sua avaliação do risco de crédito e histórico de recebimento dos clientes, entende que não se faz necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre o saldo de clientes.



O “aging list” das contas a receber está assim representado:

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
A vencer	14.312	11.886
Vencidos:		
Até 30 dias	28	-
De 31 a 60 dias	<u>2</u>	<u>-</u>
	<u>14.342</u>	<u>11.886</u>

#### 7. TRIBUTOS A RECUPERAR

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	570	323
Outros	<u>164</u>	<u>67</u>
	<u>734</u>	<u>390</u>

#### 8. DESPESAS ANTECIPADAS

O saldo da rubrica “Despesas antecipadas” em 31 de dezembro de 2012 é de R\$1.334 (R\$1.333 em 31 de dezembro de 2011) e refere-se substancialmente a prêmios de seguros a apropriar, classificados no ativo circulante. Vide nota explicativa nº 29.

#### 9. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Saldo inicial	25	-
Adições	3.460	24
Baixas	(1.176)	-
Atualização monetária	<u>47</u>	<u>1</u>
Saldo final	<u>2.356</u>	<u>25</u>

#### 10. IMOBILIZADO

	<u>Hardware e equipamentos</u>	<u>Máquinas e equipamentos</u>	<u>Móveis e utensílios</u>	<u>Edificações</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2010	14.828	271	731	241	761	16.832
Adições	8.770	156	239	-	231	9.396
Baixas	-	-	-	-	(43)	(43)
Depreciações	<u>(4.437)</u>	<u>(42)</u>	<u>(86)</u>	<u>(8)</u>	<u>(40)</u>	<u>(4.613)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2011	<u>19.161</u>	<u>385</u>	<u>884</u>	<u>233</u>	<u>909</u>	<u>21.572</u>
Taxas médias anuais de depreciação - %	20,0	10,0	10,0	6,0	10,0	

	<u>Hardware e equipamentos</u>	<u>Máquinas e equipamentos</u>	<u>Móveis e utensílios</u>	<u>Edificações</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2011	19.161	385	884	233	909	21.572
Adições	5.698	69	22	-	3.771	9.560
Depreciações	<u>(5.817)</u>	<u>(59)</u>	<u>(105)</u>	<u>(8)</u>	<u>(98)</u>	<u>(6.087)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2012	<u>19.042</u>	<u>395</u>	<u>801</u>	<u>225</u>	<u>4.582</u>	<u>25.045</u>
Taxas médias anuais de depreciação - %	20,0	10,0	10,0	6,0	10,0	

Em 31 de dezembro de 2012, não havia bens do ativo imobilizado vinculados como garantia dos empréstimos, dos financiamentos e das debêntures ou de processos de qualquer natureza.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, não foram capitalizados encargos financeiros (R\$66 em 31 de dezembro de 2011).

A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia.

## 11. INTANGÍVEL

	<u>Contratos de concessão</u>	<u>Intangível em andamento</u>	<u>Software</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2010	677.529	949	702	679.180
Adições	57.605	394	70	58.069
Baixas	(553)	-	-	(553)
Transferências	1.063	(1.063)	-	-
Amortizações	<u>(14.743)</u>	<u>-</u>	<u>(170)</u>	<u>(14.913)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2011	<u>720.901</u>	<u>280</u>	<u>602</u>	<u>721.783</u>
Taxas médias anuais de amortização - %	(*)	-	20,0	

	<u>Contratos de concessão</u>	<u>Intangível em andamento</u>	<u>Software</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2011	720.901	280	602	721.783
Adições	108.358	-	61	108.419
Baixas	-	(280)	-	(280)
Amortizações	<u>(17.334)</u>	<u>-</u>	<u>(183)</u>	<u>(17.517)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2012	<u>811.925</u>	<u>-</u>	<u>480</u>	<u>812.405</u>
Taxas médias anuais de amortização - %	(*)	-	20,0	

(\*) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida ao resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A taxa de amortização em 31 de dezembro de 2012 é de 2,18% (2,05% em 31 de dezembro de 2011).

Os itens referentes ao contrato de concessão compreendem a infraestrutura rodoviária, o direito de outorga e outros.

## 12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

### a) Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporais entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Provisão para perdas cíveis e trabalhistas	408	62
Juros capitalizados	(507)	(602)
Ajuste a valor presente sobre credor pela concessão	8.867	10.482
Outras adições e exclusões	672	(326)
Efeitos da interpretação técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão	(47.900)	(25.884)
	(38.460)	(16.268)
Alíquota	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Total	(13.076)	(5.531)
Ativo diferido	<u>3.243</u>	<u>4.466</u>
Passivo diferido	(16.319)	(9.997)
Passivo diferido, líquido	(13.076)	-

### b) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

Foram registrados no resultado do exercício os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	44.007	31.151
Alíquota	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas vigentes	(14.962)	(10.591)
Imposto de renda e contribuição social sobre adições permanentes	<u>(27)</u>	<u>(12)</u>
Despesa do imposto de renda e da contribuição social	(14.989)	(10.603)
Despesa do imposto de renda e da contribuição social correntes	(7.374)	(5.028)
Despesa do imposto de renda e da contribuição social diferidos	(7.615)	(5.575)

13. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Impostos sobre faturamento:		
ISS	978	945
Cofins	590	570
PIS	128	123
ISS na fonte	337	256
Outros	<u>654</u>	<u>839</u>
	<u>2.687</u>	<u>2.733</u>

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

<u>Credor</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>Taxa média de juros</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Em moeda nacional-				
BNDES	15 de junho de 2021	TJLP + 2,45% a.a.	<u>114.602</u>	<u>96.764</u>
Circulante			<u>10.480</u>	<u>10.492</u>
Não circulante			<u>104.122</u>	<u>86.272</u>

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Saldo inicial	96.764	373.337
Adições	27.999	96.227
Encargos financeiros	7.810	13.124
Pagamento principal	(10.150)	(371.000)
Pagamento de juros	<u>(7.821)</u>	<u>(14.924)</u>
Saldo final	<u>114.602</u>	<u>96.764</u>

Em fevereiro de 2011, a Ecopistas firmou contrato com o BNDES de R\$355.396 divididos em 12 subcréditos, destinados a investimentos relativos à recuperação, conservação especial, implantação de melhorias e ampliação da capacidade do corredor formado pelas Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto. Foram concedidos 3 subcréditos: o 1º subcrédito de R\$50.000, em 31 de maio de 2011; o 2º subcrédito de R\$29.200, em 31 de agosto de 2011; e o 3º subcrédito de R\$20.000, em 24 de novembro de 2011. A amortização ocorrerá mensalmente, de janeiro de 2012 a junho de 2021, em 114 parcelas, ficando disponível para utilização o valor de R\$256.196. Em garantia do empréstimo, a Ecopistas cedeu todos os direitos de crédito, presentes e futuros, decorrentes da prestação dos serviços de exploração, operação, conservação e construção das praças de pedágio instaladas no sistema rodoviário e todas as receitas acessórias associadas ou decorrentes da concessão do Corredor Ayrton Senna-Carvalho Pinto, incluindo, sem limitação a, as receitas de pedágio e todas e quaisquer indenizações a serem recebidas nos termos das garantias e apólices de seguro de lucros cessantes contratadas nos termos do contrato de concessão. Os índices financeiros exigidos são: (i) a razão entre o patrimônio líquido e o passivo total deve ser superior a 20%, (ii) o índice de cobertura do serviço da dívida deve ser igual ou superior a 1,20, e (iii) a razão entre a dívida líquida e o "Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA" ajustado deve ser inferior a 4,00. Os índices financeiros exigidos foram atendidos em 31 de dezembro de 2012.

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
2013	-	9.303
2014	13.097	9.303
2015	13.097	9.303
2016	13.097	9.303
Posteriores a 2016	<u>64.831</u>	<u>49.060</u>
	<u>104.122</u>	<u>86.272</u>

## 15. DEBÊNTURES

A posição das debêntures está resumida a seguir:

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Principal corrigido	411.041	393.213
Remuneração (juros)	19.506	30.970
Custos com emissão de debêntures	<u>(10.797)</u>	<u>(11.863)</u>
	<u>419.750</u>	<u>412.320</u>
Circulante	<u>30.047</u>	<u>56.671</u>
Não circulante	<u>389.703</u>	<u>355.649</u>

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Saldo inicial	412.320	357.025
Encargos financeiros	58.633	55.295
Pagamento do principal	(3.684)	-
Pagamento de juros	<u>(47.519)</u>	<u>-</u>
Saldo final	<u>419.750</u>	<u>412.320</u>

A Companhia concluiu, em 15 de janeiro de 2011, a emissão de R\$370.000 em debêntures em quatro séries, sendo a primeira no valor nominal de R\$92.500, com prazo de vencimento de 145 meses e vencimento final em 15 de janeiro de 2023, a segunda no valor nominal de R\$92.500, com prazo de vencimento de 136 meses e vencimento final em 15 de abril de 2022, a terceira no valor nominal de R\$92.500, com prazo de vencimento de 139 meses e vencimento final em 15 de julho de 2022, e a quarta no valor nominal de R\$92.500, com prazo de vencimento de 142 meses e vencimento final em 15 de outubro de 2022.

As séries têm remuneração vinculada ao IPCA + 8,25%, pago semestralmente, e foi precificada utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04.

Essa operação teve classificação de risco “brAA+” da Standard & Poors.

<u>Descrição</u>	<u>Ecopistas</u>
Forma e conversibilidade	Nominativas e escriturais, não conversíveis em ações
Quantidade emitida	370 (em quatro séries)
Valor nominal unitário na data da emissão	R\$1.000
Valor nominal unitário atualizado em 31 de dezembro de 2012	1ª série - R\$1.210 2ª série - R\$1.170 3ª série - R\$1.147 4ª série - R\$1.125
Fator de atualização do valor nominal unitário	1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries - atualização monetária anual pela variação do IPCA
Remuneração (juros e correção)	1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries - IPCA + 8,25%
Vencimento da remuneração (juros e correção)	1ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/01/13 a 15/01/23) 2ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/04/12 a 15/04/22) 3ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/07/12 a 15/07/22) 4ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/10/12 a 15/10/22)
Vencimento da amortização	1ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/01/13 a 15/01/23) 2ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/04/12 a 15/04/22) 3ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/07/12 a 15/07/22) 4ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/10/12 a 15/10/22)
Reserva para pagamento da amortização e da remuneração (juros e correção)	a) Para cada subcrédito em Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP concedido pelo BNDES por meio do Contrato BNDES até o vencimento da primeira parcela de amortização, a quantia equivalente a três vezes o valor da primeira parcela vincenda da amortização de principal e encargos da dívida; e, após o pagamento da primeira parcela, a quantia equivalente a três vezes o valor da soma da última parcela vencida de amortização de principal e encargos da dívida (até 15 dias contados da data da última prestação vencida).  b) Para cada subcrédito em IPCA concedido pelo BNDES por meio do Contrato BNDES até o vencimento da primeira parcela de amortização, a quantia equivalente a 1/3 do valor referente ao desembolso realizado, dividido pelo número total de prestações do subcrédito; e, após o pagamento da primeira parcela de amortização de principal e encargos da dívida, a quantia equivalente a 1/4 do valor da última parcela vencida de amortização de principal e encargos de subcrédito (até três meses anteriores ao vencimento de cada prestação).  c) No que se refere às debêntures objeto da escritura, a constituição da quantia equivalente à próxima parcela de amortização do principal e/ou juros das debêntures (no dia seguinte à liquidação das debêntures).

<u>Descrição</u>	<u>Ecopistas</u>
Instituição depositária das debêntures	Itaú Unibanco S.A.
Local de pagamento	CETIP e/ou BOVESPAFIX
Instituição responsável pela conta de reserva	Itaú Unibanco S.A.
Agente fiduciário	Planner Trustee DTVM Ltda.
Garantias	Alienação fiduciária de 100% das ações da Ecopistas e alienação fiduciária de 100% dos créditos oriundos do pedágio
Cláusula de repactuação das debêntures	Não há cláusulas de repactuação

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	31/12/2012			31/12/2011		
	<u>Parcela</u>	<u>Custo</u>	<u>Total</u>	<u>Parcela</u>	<u>Custo</u>	<u>Total</u>
2013	-	-	-	35.747	(1.108)	34.639
2014	13.701	(1.113)	12.588	35.747	(1.108)	34.639
2015	17.929	(1.113)	16.816	35.747	(1.108)	34.639
2016	21.501	(1.113)	20.388	35.747	(1.108)	34.639
A partir de 2017	<u>346.256</u>	<u>(6.345)</u>	<u>339.911</u>	<u>223.415</u>	<u>(6.322)</u>	<u>217.093</u>
	<u>399.387</u>	<u>(9.684)</u>	<u>389.703</u>	<u>366.403</u>	<u>(10.754)</u>	<u>355.649</u>

O contrato da Companhia requer a manutenção dos índices financeiros conforme segue: (i) a razão entre o patrimônio líquido e o passivo total deve ser superior a 20%, (ii) o índice de cobertura do serviço da dívida deve ser igual ou superior a 1,20, e (iii) a razão entre a dívida líquida e o EBITDA ajustado deve ser inferior a 4,00. Os índices financeiros exigidos foram atendidos em 31 de dezembro de 2012.

A Taxa Interna de Retorno - TIR das transações está demonstrada a seguir:

<u>Série</u>	<u>Data</u>	<u>Valor nominal</u>	<u>Despesas com emissão</u>	<u>Valor líquido</u>	<u>Taxa de juros</u>	<u>TIR</u>
Debêntures - 1ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	8,84% + IPCA
Debêntures - 2ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	8,97% + IPCA
Debêntures - 3ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	8,91% + IPCA
Debêntures - 4ª série	15/01/11	<u>92.500</u>	<u>(3.167)</u>	<u>89.333</u>	IPCA + 8,25%	8,87% + IPCA
		<u>370.000</u>	<u>(12.668)</u>	<u>357.332</u>		

## 16. PARTES RELACIONADAS

A Companhia contrata serviços de seus acionistas ou de empresas a eles relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário, além de serviços administrativos e financeiros.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

<u>Balanco patrimonial</u>	Natureza	Ativo	Ativo		Passivo
		circulante	não circulante	Outros	circulante e não circulante
		<u>Cientes</u>	<u>créditos</u>	<u>Intangível</u>	<u>Contas a pagar</u>
Circulante:					
TB Transportadora Betumes Ltda. (c)	Outras partes relacionadas	-	-	987	54
CBB Indústria e Comércio de Asfalto e Engenharia Ltda. (c)	Outras partes relacionadas	-	-	3.591	597
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (a)	Controladora direta	-	<u>1</u>	-	<u>628</u>
		-	1	4.578	1.279
Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP (d)	Outras partes relacionadas	11.702	-	-	-
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.	Controladora direta	-	-	-	-
Total em 31 de dezembro de 2012		<u>11.702</u>	<u>1</u>	<u>4.578</u>	<u>1.279</u>
Não circulante-					
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. - mútuo (b)	Controladora direta	-	-	-	81.158
Total em 31 de dezembro de 2011		<u>10.748</u>	<u>-</u>	<u>573</u>	<u>134.994</u>
<u>Demonstração do resultado</u>			Custo dos serviços prestados	Despesas gerais e administrativas	Despesas financeiras
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (a)	Controladora direta		5.347	2.775	9.256
Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP (d)	Outras partes relacionadas		-	<u>1.794</u>	-
Total em 31 de dezembro de 2012			<u>5.347</u>	<u>4.569</u>	<u>9.256</u>
Total em 31 de dezembro de 2011			<u>5.020</u>	<u>4.865</u>	<u>15.175</u>

(a) A controladora direta EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de R\$8.122, com vigência de 12 meses, vigorando de janeiro a dezembro de cada ano.

(b) Em 8 de outubro de 2010, foi firmado um contrato de mútuo entre a EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. e a Companhia. Em 31 de dezembro de 2012, há um saldo em aberto de R\$81.158, atualizado por 100% do CDI e com vencimento em 31 de março de 2013.

(c) A CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e a TB Transportadora de Betumes Ltda., formadas pelas partes relacionadas da controladora direta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.: C.R. Almeida Engenharia e Obras S.A. e Cigla Construtor Impregilo Associados S.A. e pela Impregilo SPA, controladora indireta da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., prestam serviços de fornecimento e transporte de material asfáltico. O preço global firmado para a execução dos serviços contratados entre a Companhia, a CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e a TB Transportadora de Betumes Ltda. é de R\$9.192, incluindo o aditivo contratual. Deste total, foram incorridos R\$4.539 e há um saldo de R\$4.653 de serviços a incorrer com esse contrato. Os saldos em aberto a pagar têm vencimento em 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram concedidas garantias aos credores.



- (d) A parte relacionada Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP, controlada direta da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., presta serviços de administração à gestão dos meios de pagamentos “Sem Parar”. O saldo a receber de R\$12.033 tem vencimento de até 45 dias, não está sujeito a encargos financeiros e não foram concedidas garantias.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia não tinha concedido aval para nenhuma parte relacionada.

#### Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro).

Em 31 de dezembro de 2012, foram pagos e provisionados aos administradores benefícios de curto prazo (ordenados, salários, participação nos lucros, assistência médica, habitação, bens ou serviços gratuitos ou subsidiados e plano de opção com base em ações), contabilizados na rubrica “Despesas gerais e administrativas”. A Companhia concede a alguns executivos plano de opção com base em ações da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Em Assembleia Geral Extraordinária - AGE foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 em R\$858 (R\$834 em 31 de dezembro de 2011).

A remuneração dos administradores no exercício está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Salários e ordenados	494	493
Plano de opção com base em ações (vide nota explicativa nº 21.c))	62	52
Previdência privada	17	15
Benefícios diretos e indiretos	<u>256</u>	<u>221</u>
	<u>829</u>	<u>781</u>

#### 17. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO

Os valores registrados como provisão referem-se à manutenção da infraestrutura e são ajustados a valor presente com a taxa de 11,99% ao ano. Os valores são provisionados por trecho e as intervenções ocorrem, em média, a cada cinco anos.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	<u>31/12/2010</u>	<u>Adição</u>	<u>Efeito financeiro</u>	<u>31/12/2011</u>
Constituição da provisão para manutenção	4.332	3.350	-	7.682
Efeito de valor presente sobre a constituição	(1.218)	(795)	-	(2.013)
Ajuste a valor presente - realizações	<u>82</u>	<u>-</u>	<u>443</u>	<u>525</u>
	<u>3.196</u>	<u>2.555</u>	<u>443</u>	<u>6.194</u>
Circulante	<u>-</u>			<u>1.351</u>
Não circulante	<u>3.196</u>			<u>4.843</u>

	<u>31/12/2011</u>	<u>Adição</u>	<u>Efeito financeiro</u>	<u>31/12/2012</u>
Constituição da provisão para manutenção	7.682	841	-	8.523
Efeito de valor presente sobre a constituição	(2.013)	(657)	-	(2.670)
Ajuste a valor presente - realizações	<u>525</u>	<u>-</u>	<u>348</u>	<u>873</u>
	<u>6.194</u>	<u>184</u>	<u>348</u>	<u>6.726</u>
Circulante	<u>1.351</u>			<u>-</u>
Não circulante	<u>4.843</u>			<u>6.726</u>

#### 18. PROVISÃO PARA CONSTRUÇÃO DE OBRAS FUTURAS

Os valores provisionados como obras futuras são decorrentes dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos estão sendo auferidos pela Companhia em contrapartida ao ativo intangível.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	<u>31/12/2010</u>	<u>Efeito financeiro</u>	<u>31/12/2011</u>
Constituição da provisão para obras futuras	13.169	-	13.169
Efeito de valor presente sobre a constituição	(3.970)	-	(3.970)
Ajuste a valor presente - realizações	<u>2.204</u>	<u>1.124</u>	<u>3.328</u>
	<u>11.403</u>	<u>1.124</u>	<u>12.527</u>
Circulante	<u>6.446</u>		<u>12.527</u>
Não circulante	<u>4.957</u>		<u>-</u>

	<u>31/12/2011</u>	<u>Baixa</u>	<u>Efeito financeiro</u>	<u>31/12/2012</u>
Constituição da provisão para obras futuras	13.169	-	-	13.169
Realização da construção	-	(3.087)	-	(3.087)
Efeito de valor presente sobre a constituição	(3.970)	-	-	(3.970)
Ajuste a valor presente - realizações	<u>3.328</u>	<u>-</u>	<u>643</u>	<u>3.971</u>
	<u>12.527</u>	<u>(3.087)</u>	<u>643</u>	<u>10.083</u>
Circulante	<u>12.527</u>			<u>2.142</u>
Não circulante	<u>-</u>			<u>7.941</u>

#### 19. CREDOR PELA CONCESSÃO

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Parcelas variáveis	<u>590</u>	<u>570</u>

A parcela variável é calculada e paga mensalmente com base em 3% da receita de arrecadação do pedágio.

As coberturas de seguro deverão manter-se em plena vigência até a assinatura do termo de devolução definitivo do sistema rodoviário. Além dos seguros exigíveis pela legislação aplicável, serão contratadas e mantidas em vigor, por todo o tempo da concessão, as coberturas de seguro do tipo riscos operacionais, riscos de engenharia e responsabilidade civil de empresas concessionárias de rodovias.

#### 20. PROVISÃO PARA PERDAS TRABALHISTAS E CÍVEIS

Os diversos processos em andamento são de natureza trabalhista, decorrentes do curso normal dos negócios da Companhia. A respectiva provisão para perdas trabalhistas e cíveis foi constituída para os processos cujas possibilidades de desembolso futuro foram avaliadas como prováveis, com base na opinião de seus advogados e consultores legais da Companhia.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

<u>Natureza</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>Adições</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>31/12/2011</u>
Cível (a)	80	31	(83)	2	30
Trabalhista (b)	<u>8</u>	<u>23</u>	<u>-</u>	<u>2</u>	<u>33</u>
	<u>88</u>	<u>54</u>	<u>(83)</u>	<u>4</u>	<u>63</u>

  

<u>Natureza</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>Adições</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>31/12/2012</u>
Cível (a)	30	274	(33)	10	281
Trabalhista (b)	<u>33</u>	<u>99</u>	<u>(13)</u>	<u>8</u>	<u>127</u>
	<u>63</u>	<u>373</u>	<u>(46)</u>	<u>18</u>	<u>408</u>

(a) Processos cíveis

Correspondem, principalmente, a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia possui outros processos de natureza cível que totalizam em 31 de dezembro de 2012 R\$2.405 (R\$861 em 31 de dezembro de 2011), avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

(b) Processos trabalhistas

Correspondem, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras. A Companhia possui outros processos de natureza trabalhista que totalizam em 31 de dezembro de 2012 R\$1.480 (R\$279 em 31 de dezembro de 2011), avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

## 21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, o capital social subscrito e integralizado de R\$191.725 é representado por 191.725.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Capital autorizado

Conforme o artigo 6º do Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar o capital social até o limite de R\$350.000, por deliberação do Conselho de Administração, ao qual caberá fixar o preço de emissão e as demais condições de emissão, subscrição e integralização dessas ações.

b) Reserva de lucros - legal

Constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício ajustado, limitada a 20% do capital social.

c) Reserva de capital - plano de opção com base em ações

Conforme deliberado em AGE da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., datada de 31 de agosto de 2010, foi aprovado o Plano Geral para Outorga de Opção de Compra de Ações aos diretores e empregados do Grupo EcoRodovias. O Conselho de Administração da EcoRodovias Infraestrutura é o responsável por definir e administrar o referido plano.

O plano de opção com base em ações tem como objetivo permitir que os beneficiários se tornem acionistas da EcoRodovias Infraestrutura de maneira que atuem de forma direta e ativa na busca por resultados positivos. São elegíveis para participar membros do Conselho de Administração, diretores da EcoRodovias Infraestrutura e de suas controladas e empregados-chave que não sejam administradores estatutários, incluindo aqueles das controladas da EcoRodovias Infraestrutura.

A outorga de opções deve respeitar o limite máximo de até 2% de ações ordinárias do capital social efetivamente emitidas pela EcoRodovias Infraestrutura, ações estas que deverão ser apenas ações em tesouraria.

O Conselho de Administração fixará os termos e as condições de cada opção em contrato de outorga de opção de compra de ações (“contrato”), a ser celebrado entre a EcoRodovias Infraestrutura e cada beneficiário.

O preço das opções corresponderá ao valor da ação da EcoRodovias Infraestrutura, atualizado monetariamente pelo IPCA ou por outro índice de base de apuração equivalente que seja escolhido pela AGE da EcoRodovias Infraestrutura.

O Conselho de Administração disponibilizou 3.421.883 ações ordinárias para esse plano, como segue:

<u>Data</u>	<u>1ª outorga</u> <u>31/08/2010</u>	<u>2ª outorga</u> <u>22/03/2011</u>	<u>3ª outorga</u> <u>25/04/2012</u>
Quantidade de opções de ações	685.764	1.212.045	1.524.074
Preço no exercício - R\$ por ação	R\$9,95	R\$13,06	R\$13,58
Índice de reajuste	IPCA	IPCA	IPCA

A Companhia reconhece no resultado, durante o período de prestação dos serviços, o prazo de carência e o custo com a remuneração aos beneficiários com base no valor justo das opções na data da outorga, utilizando o modelo Black-Scholes para a precificação do valor justo das opções. Em 31 de dezembro de 2012, foi registrado na rubrica “Prêmio de opções” o valor de R\$62 (R\$52 em 31 de dezembro de 2011).

A EcoRodovias Infraestrutura efetuará a liquidação desse plano de opção com base em ações entregando ações de sua própria emissão que serão mantidas em tesouraria até o efetivo período das ações por parte dos beneficiários.

As variações nas quantidades de opções de compra de ações estão apresentadas a seguir:

	<u>1ª outorga</u>	<u>2ª outorga</u>	<u>3ª outorga</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2010	685.764	-	-	685.764
Outorgadas	-	1.212.045	-	1.212.045
Exercidas	(21.942)	-	-	(21.942)
Canceladas	<u>(17.553)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(17.553)</u>
Em 31 de dezembro de 2011	646.269	1.212.045	-	1.858.314
Outorgadas	-	-	1.524.074	1.524.074
Exercidas	<u>(257.410)</u>	<u>(196.899)</u>	<u>-</u>	<u>(454.309)</u>
Em 31 de dezembro de 2012	<u>388.859</u>	<u>1.015.146</u>	<u>1.524.074</u>	<u>2.928.079</u>

O valor justo das opções de compra de ações foi estimado na data de concessão das opções utilizando-se o modelo de precificação de opções Black-Scholes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foram exercidas 454.309 ações ordinárias, pelo preço médio de R\$12,42 por ação.

A aquisição do direito ao período da opção ocorrerá na forma e nos prazos apresentados a seguir:

<u>Ano</u>	<u>Preço médio de período por ação em R\$</u>	<u>Quantidade de ações</u>	<u>Valor justo médio da opção em R\$</u>	<u>Total</u>	<u>Prazo para exercer</u>
2013	13,12	855.470	7,36	6.296	11 meses
2014	13,12	855.470	9,07	7.759	23 meses
2015	14,02	684.030	6,15	4.207	35 meses
2016	13,92	<u>381.020</u>	2,79	<u>1.063</u>	47 meses
		<u>2.775.990</u>		<u>19.325</u>	

As condições para as opções estão demonstradas a seguir:

Em 31 de agosto de 2010, o Conselho de Administração da EcoRodovias Infraestrutura aprovou o Primeiro Programa de Recompra de Ações. Esta recompra ocorrerá sem redução de capital social e com a utilização de reservas, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como para revenda, recolocação no mercado ou lastro para planos de opção com base em ações da EcoRodovias Infraestrutura, observados: (1) as normas expedidas pela CVM e demais disposições legais aplicáveis, em especial o artigo 30, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1980 (alterada pela Instrução CVM nº 10); (2) o artigo 14, inciso XIV, do Estatuto Social da EcoRodovias Infraestrutura; e (3) os termos e as condições a seguir:

- Prazo: 365 dias a contar de 31 de agosto de 2010.
- Quantidade de ações em circulação no mercado: 144.003.000 ações ordinárias em circulação no mercado.
- Quantidade de ações a serem adquiridas: serão adquiridas, no máximo, 4.000.000 de ações ordinárias.

Em 30 de maio de 2012, o Conselho de Administração da EcoRodovias Infraestrutura aprovou o Segundo Programa de Recompra de Ações. Esta recompra ocorrerá sem redução de capital social e com a utilização de reservas, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como para revenda, recolocação no mercado ou lastro para planos de opção com base em ações da EcoRodovias Infraestrutura, observados: (1) as normas expedidas pela CVM e demais disposições legais aplicáveis, em especial o artigo 30, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1980 (alterada pela Instrução CVM nº 10); (2) o artigo 14, inciso XIV, do Estatuto Social da EcoRodovias Infraestrutura; e (3) os termos e as condições a seguir:

- Prazo: 365 dias a contar de 30 de maio de 2012.
- Quantidade de ações em circulação no mercado: 143.737.879 ações ordinárias em circulação no mercado.

- Quantidade de ações a serem adquiridas: serão adquiridas, no máximo, 1.500.000 ações ordinárias.
- A EcoRodovias Infraestrutura mantém em tesouraria 175.688 ações ordinárias calculadas com base na cotação média do último dia de pregão em 28 de dezembro de 2012, de R\$17,30. O valor total dessas ações, cujo cálculo tem como base a cotação média do pregão de 28 de dezembro de 2012, é de R\$3.039.

d) Dividendos propostos

Aos acionistas são garantidos dividendos e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

O cálculo dos dividendos referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 é como segue:

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Lucro líquido do exercício	29.018	20.548
Reserva legal - 5%	<u>(1.451)</u>	<u>(1.027)</u>
Base de cálculo dos dividendos	27.567	19.521
Proposta da Administração-		
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	<u>6.892</u>	<u>4.880</u>
Dividendos adicionais propostos - classificados como constituição para reserva de dividendos	<u>20.675</u>	<u>14.641</u>

22. RECEITA LÍQUIDA

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Receita com arrecadação de pedágio:		
Pedágio em numerário	86.023	84.322
Pedágio por equipamento eletrônico	118.204	103.709
Vale-pedágio e pedágio em cupons	<u>7.560</u>	<u>6.580</u>
	211.787	194.611
Receita de construção	113.633	64.478
Receitas acessórias (*)	<u>10.037</u>	<u>8.690</u>
Receita bruta	335.457	267.779
Deduções da receita - PIS, Cofins e ISS	<u>(19.131)</u>	<u>(17.527)</u>
Receita líquida	<u>316.326</u>	<u>250.252</u>

(\*) Referem-se a arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, publicidade, implantação e concessão acessórias.

## 23. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS - POR NATUREZA

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Pessoal	18.376	16.885
Conservação e manutenção	10.770	10.352
Serviços de terceiros (a)	17.405	18.027
Seguros (vide nota explicativa nº 29)	2.917	2.640
Poder Concedente (b)	6.655	6.099
Provisão para manutenção	184	2.655
Custos com construção	113.633	64.478
Depreciações e amortizações	23.604	19.526
Locação de imóveis e máquinas	2.232	1.927
Outros custos e despesas operacionais	<u>7.400</u>	<u>9.107</u>
	<u>203.176</u>	<u>151.696</u>
Classificados como:		
Custo dos serviços prestados	188.299	136.408
Despesas gerais e administrativas	<u>14.877</u>	<u>15.288</u>
	<u>203.176</u>	<u>151.696</u>

(a) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções de R\$5.114, serviços de consultoria de R\$9.037, serviços de limpeza de R\$839 e outros de R\$2.103.

(b) O valor pago ao Poder Concedente foi de R\$6.655 em 2012 (R\$6.099 em 2011).

## 24. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	7.476	18.746
Outras	<u>700</u>	<u>11</u>
	<u>8.176</u>	<u>18.757</u>
Despesas financeiras:		
Juros sobre debêntures	(34.745)	(30.970)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(8.116)	(13.135)
Variação monetária sobre debêntures	(22.465)	(23.213)
Amortização de custos	(1.117)	(1.108)
Ajuste a valor presente - provisão para manutenção - interpretação técnica ICPC 01	(991)	(1.567)
Juros sobre contrato de mútuo	(9.256)	(15.175)
Outras	<u>(626)</u>	<u>(992)</u>
	<u>(77.316)</u>	<u>(86.160)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(69.140)</u>	<u>(67.403)</u>



## 25. LUCRO POR AÇÃO

### a) Lucro básico

O lucro e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Lucro básico por ação das operações continuadas	<u>0,15</u>	<u>0,11</u>
	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Lucro do exercício atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico por ação	<u>29.018</u>	<u>20.548</u>
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico por ação	<u>191.725</u>	<u>191.725</u>

### b) Lucro diluído

A Companhia não possui dívida conversível em ações nem opções de compra de ações concedidas.

## 26. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

A Companhia tem como política a distribuição de participação no resultado aos seus funcionários vinculada a um plano de metas e objetivos específicos, que são estabelecidos e pagos em conformidade com o acordo coletivo de trabalho com o sindicato da categoria. Em 31 de dezembro de 2012, a participação nos lucros e resultados foi de R\$874 (R\$730 em 31 de dezembro de 2011), a qual foi apropriada ao resultado nas rubricas “Custo dos serviços prestados” e “Despesas gerais e administrativas”.

## 27. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital para assegurar que as Companhias que pertencem a ele possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estratégia geral da Companhia permanece inalterada desde 2010.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos e debêntures detalhados nas notas explicativas nº 14 e nº 15, deduzidos de caixa e saldos de bancos) e pelo patrimônio líquido da Companhia.

A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital.

A Companhia revisa semestralmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, a Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos.

Risco de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

A Companhia não apresentava saldo de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP e do IPCA, relativos a empréstimos, financiamentos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Considerações gerais

- A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como empréstimos e recebíveis.
- Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários - vinculados: são formados por CDBs e fundos de investimentos, remunerados a taxas que variam entre 80,0% e 100,9% do CDI, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.
- Clientes: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis e estão registrados pelos valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Empréstimos, financiamentos e debêntures: classificados como outros passivos financeiros, portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação.

Índices de endividamento

Os índices de endividamento são os seguintes:

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Dívida (i)	534.942	509.084
Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários - vinculados	<u>(75.956)</u>	<u>(147.221)</u>
Dívida líquida	458.396	361.863
Patrimônio líquido (ii)	235.133	212.945
Índice de endividamento líquido	<u><u>1,95</u></u>	<u><u>1,70</u></u>

- (i) A dívida é definida como empréstimos e financiamentos e debêntures, circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas notas explicativas nº 14 e nº 15.
- (ii) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Os valores contábil e de mercado dos principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2012 são como segue:

	<u>Classificação</u>	<u>Saldo contábil</u>	<u>Mercado</u>
<b>Ativos:</b>			
Caixa e bancos (ii)	Empréstimos e recebíveis	1.997	1.997
Clientes (i)	Empréstimos e recebíveis	14.342	14.342
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários - vinculados (ii)	Empréstimos e recebíveis	73.959	73.959
<b>Passivos:</b>			
Fornecedores (i)	Outros passivos financeiros	12.776	12.776
Empréstimos e financiamentos (iii)	Outros passivos financeiros	114.602	114.602
Debêntures (iv)	Outros passivos financeiros	419.750	561.260
Credor pela concessão	Outros passivos financeiros	590	590

- (i) Os saldos de clientes e fornecedores possuem prazo de vencimento em até 45 dias, portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia.
- (ii) Os saldos de aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários - vinculados aproximam-se do valor justo na data do balanço.
- (iii) Os empréstimos e financiamentos foram calculados por meio do fluxo de caixa descontado, de acordo com as taxas indicativas BMF do dia 28 de setembro de 2012, com base nas parcelas a vencer.
- (iv) As debêntures foram calculadas através do fluxo de caixa descontado, com base nas parcelas a vencer.

a) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos circulantes e não circulantes que são remunerados por taxas de juros variáveis e que podem ser indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia por meio da manutenção de empréstimos a taxas de juros prefixadas e pós-fixadas.

A exposição da Companhia às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item Gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

b) Risco de crédito

Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa e bancos, aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia mantém contas-correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia apresentava valores a receber da empresa Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP de R\$12.033 (R\$10.748 em 31 de dezembro de 2011), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Contas a receber”.

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora indireta gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações:

<u>Modalidade</u>	<u>Taxa de juros (média ponderada) efetiva - % a.a.</u>	<u>Próximos 12 meses</u>	<u>Entre 13 e 24 meses</u>	<u>Entre 25 e 36 meses</u>	<u>37 meses em diante</u>
BNDES	TJLP + 2,45% a.a.	19.136	20.004	20.465	77.706
Debêntures	IPCA + 8,25% a.a.	46.441	50.558	56.558	745.078

TJLP em 31 de dezembro de 2012 - 5,50%.

IPCA em 31 de dezembro de 2012 - 5,28%.

Análise de sensibilidade

*Risco de variação nas taxas de juros*

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do exercício. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo-se que o valor do passivo em aberto no fim do exercício de relatório esteve em aberto durante todo o exercício.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do IPCA e da TJLP, principais indicadores das debêntures contratadas pela Companhia:

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Juros a incorrer</u>		
		<u>Cenário I - provável</u>	<u>Cenário II - 25%</u>	<u>Cenário III - 50%</u>
Debêntures	Alta do IPCA	1.594	1.687	1.781
Empréstimos e financiamentos	Alta da TJLP	8.694	9.776	10.846

Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia está apresentando o cenário provável definido com base na expectativa da Administração e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado, apresentados, de acordo com a regulamentação, como cenário II e cenário III, respectivamente.

As taxas consideradas foram as seguintes:

<u>Indicador</u>	<u>Cenário I - provável</u>	<u>Cenário II - 25%</u>	<u>Cenário III - 50%</u>
IPCA (a)	5,4%	6,8%	8,2%
TJLP (b)	5,0%	6,3%	7,5%

(a) Refere-se à taxa do CDI projetada para 12 meses.

(b) Refere-se à taxa da TJLP projetada para 12 meses.

As referidas taxas utilizadas para as projeções de mercado foram extraídas das seguintes fontes externas independentes: Tendências Consultoria, [www.cetip.com.br](http://www.cetip.com.br), [www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br), [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br) e [www.fgv.br](http://www.fgv.br).

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

## 28. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Companhia possui o Plano de Previdência Privada, na modalidade de contribuição definida, cujos custos são previsíveis e passíveis de controle e administração, para o qual a Companhia e o colaborador contribuem na mesma paridade de valores para os salários superiores a R\$3,2, até o limite de 10% do salário nominal, e, para salários abaixo desse valor, a Companhia contribui com 1% do salário nominal do colaborador. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia contribuiu com a quantia de R\$146 (R\$105 em 31 de dezembro de 2011), registrada na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

## 29. SEGUROS CONTRATADOS

A Companhia tem cobertura de seguros em virtude dos riscos existentes em suas operações. Os contratos de concessão obrigam as concessionárias a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais. As apólices cobrem responsabilidade civil, de acordo com o respectivo contrato de concessão, riscos de engenharia operacionais, entre eles problemas na fase de construção, alterações geológicas, incêndios e desastres naturais (enchentes e deslizamento de terra), danos à propriedade e perda de receita pela interrupção das rodovias.

Em 31 de dezembro de 2012, a especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros da Companhia está demonstrada a seguir:

<u>Modalidade</u>	<u>Vigência</u>	<u>Cobertura</u>
Seguro garantia	Junho de 2012 a junho de 2013	184.997
“All Risk” - responsabilidade civil	Junho de 2012 a junho de 2013	222.465
“All Risk” - danos materiais	Junho de 2012 a junho de 2013	1.951.296
“All Risk” - perda de receita	Junho de 2012 a junho de 2013	222.465
“All Risk” - riscos de engenharia	Junho de 2012 a junho de 2013	56.269

## 30. CONTRATO DE CONCESSÃO

A Ecopistas, constituída em 27 de abril de 2009, iniciou suas atividades em 18 de junho de 2009 e tem como objeto social a operação, mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias nos termos e limites do contrato de concessão, do conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna e Carvalho Pinto, pelo regime de concessão com prazo de 30 anos, com previsão para encerramento em 18 de junho de 2039, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nele contidos de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo, compreendendo:

- a) SP-070 - Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto: início do trecho entre o km 11 e o km 190, no final da Marginal Tietê, São Paulo - SP; e final do trecho entre o km 130 e o km 400, no entroncamento com a BR-116, entre o km 117 e o km 400, Taubaté - SP.
- b) SP-019: início do trecho entre o km 0 e o km 000, no entroncamento com a SP-070, entre o km 19 e o km 300, Guarulhos - SP; e final do trecho entre o km 2 e o km 400, início do Sítio do Aeroporto de Cumbica, Guarulhos - SP.
- c) SPI-179/060 - interligação Ayrton Senna x Rodovia Presidente Dutra: início do trecho entre o km 0 e o km 000, no entroncamento com a BR-116, entre o km 179 e o km 000, Guararema - SP; e final do trecho entre o km 5 e o km 400, no entroncamento com a SP-070, entre o km 60 e o km 300, Guararema - SP.
- d) SPI-035/056 - interligação Itaquaquecetuba - SP: início do trecho entre o km 0 e o km 000, no entroncamento com a SP-056, entre o km 35 e o km 000, Itaquaquecetuba - SP; e final do trecho entre o km 0 e o km 880, no entroncamento com a SP-070, entre o km 35 e o km 700, Itaquaquecetuba - SP.
- e) SP-099 - Rodovia dos Tamoios: início do trecho entre o km 4 e o km 500, São José dos Campos - SP; e final do trecho entre o km 11 e o km 500, São José dos Campos - SP.

- f) SP-070 - trecho rodoviário a ser construído, de 6,8 km: prolongamento até a SP-125, Taubaté - SP.
- g) Segmentos transversais, trechos, obras de arte e instalações complementares do tipo urbano ou rodoviário da Rodovia SP-070 (Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto), outorgados à Dersa Desenvolvimento Rodoviário S.A. durante seu período de concessão, que totalizam aproximadamente 2 km e estão localizados no km 45 (intersecção com a SP-088) e no km 111 (intersecção com a SP-103).

Ao término do período da concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão.

Os valores anteriormente mencionados são corrigidos na mesma proporção e data do reajuste das tarifas de pedágio.

O contrato de concessão da Companhia foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido na medida em que a Companhia tem o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão, como segue:

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Receita de construção	113.633	64.478
Custos de construção	(113.633)	(64.478)
	<u>=====</u>	<u>=====</u>

Em 31 de dezembro de 2012, os investimentos para atender aos compromissos futuros da Companhia estão estimados em R\$213.813 (R\$329.633 em 31 de dezembro de 2011).

### 31. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A operação da Companhia consiste na exploração de concessão pública de rodovia, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões são tomadas.

A área de concessão da Companhia é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Companhia.

### 32. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia foram aprovadas para emissão pela Diretoria e para envio ao Conselho de Administração em 4 de março de 2013.

## **RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2012**

### **Senhores Acionistas**

A Administração da Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas em conformidade com as disposições estatutárias e legais submete à apreciação de seu acionista o Relatório da Administração e as correspondentes demonstrações financeiras, referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

### **Mensagem da Administração**

A Ecopistas é responsável pela administração do corredor rodoviário Ayrton Senna-Carvalho Pinto, uma das mais importantes ligações entre a região metropolitana de São Paulo e Vale do Paraíba, Porto de São Sebastião, praias do litoral norte do Estado de São Paulo e estância turística de Campos de Jordão. Esta concessão está alinhada com a estratégia do Grupo EcoRodovias de ser um grupo atuante na área de infraestrutura logística.

Por mais este ano, a Ecopistas só tem a agradecer aos seus acionistas diretos e indiretos, colaboradores, usuários, fornecedores, órgãos reguladores e demais parceiros, pela confiança, apoio e por contribuírem com esta história de sucesso.

### **PRÁTICAS CONTÁBEIS**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo “*International Accounting Standards Board - IASB*”. Estas práticas são apresentadas na nota nº 2 das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras.

### **PERFIL DA COMPANHIA**

A Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. – Ecopistas, constituída em 27 de abril de 2009, iniciou suas atividades em 18 de junho de 2009 e tem como objeto social a operação, mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias nos termos e limites do contrato de concessão, do conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna e Carvalho Pinto, pelo regime de concessão com prazo de 30 anos, com previsão para encerramento em 18 de junho de 2039, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nele contidos de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo.



## RESULTADOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS

### RECEITA BRUTA

A Receita bruta da Companhia totalizou R\$ 335,5 milhões, um aumento de 25,3% com relação ao mesmo período de 2011(R\$267,8 milhões).

Receita Bruta (em milhões de R\$)	2012	2011	Var.
Receita de pedágio	211,8	194,6	8,8%
Receitas acessórias	10,0	8,7	14,9%
Receita de construção	113,7	64,5	76,3%
<b>Total</b>	<b>335,5</b>	<b>267,8</b>	<b>25,3%</b>

- **Receita de Pedágio:** em 2012 a receita de pedágio atingiu R\$ 211,8 milhões, impulsionada principalmente pelo crescimento de tráfego no ano.

- **Receitas Acessórias:** são provenientes do monitoramento de cargas especiais, painéis publicitários, ocupação de faixa de domínio e acessos e outros serviços de utilização e exploração da faixa de domínio das concessões.

- **Receita de Construção:** conforme estabelecido pelo ICPC 01 (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) – Contratos de Concessão, a realização de obras e melhorias na infraestrutura rodoviária foi considerada como receita de construção, a valor justo. A Companhia entende que os valores contratados de terceiros para realização dessas obras estão estabelecidos a valor de mercado e, portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades de construção

### RECEITA LÍQUIDA

A Receita líquida atingiu R\$ 316,3 milhões em 2012 e R\$250,3 milhões em 2011. As deduções sobre a receita bruta atingiram R\$ 19,1 milhões em 2012 e R\$17,5 milhões em 2011. A receita líquida sem os efeitos do ICPC-01 foi de R\$ 202,7 milhões e R\$185,8 milhões em 2011.

### TRÁFEGO

O tráfego total em veículos equivalentes pagantes totalizou 83,8 milhões em 2012, um aumento de 2,7% em relação a 2011. O tráfego de veículos de passeio correspondeu a 66,0% do tráfego total.

### CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Em 2012 os custos e despesas atingiram R\$ 203,2 milhões e R\$ 151,7 milhões em 2011.

<b>Custos operacionais e despesas administrativas</b>			
( em milhões de R\$)	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>Var.</b>
Pessoal	18,4	16,9	8,9%
Conservação e manutenção	10,8	10,4	3,8%
Serviços de terceiros	17,4	18,0	-3,3%
Poder concedente, seguros e locações	11,8	10,7	10,3%
Depreciação e amortização	23,6	19,5	21,0%
Provisão para manutenção ICPC 01	0,2	2,6	-92,3%
Custo com construção	113,6	64,5	76,1%
Outros	7,4	9,1	-18,7%
<b>TOTAL</b>	<b>203,2</b>	<b>151,7</b>	<b>33,9%</b>

#### **EBITDA e MARGEM EBITDA**

**Considerando os efeitos da aplicação do IFRS em 2012**, o EBITDA totalizou R\$ 136,7 milhões, um crescimento de 15,7% em relação aos R\$118,1 milhões obtidos em 2011.

**A margem EBITDA considerando a aplicação do IFRS** atingiu 43,2% em 2012, uma queda de 4,0 pontos percentuais em relação a 2011.

O EBITDA Ajustado, desconsiderando os efeitos da adoção do IFRS, ou seja, excluindo a Receita de Construção do saldo da Receita Líquida e excluindo o Custo de Construção e a Provisão para Manutenção do saldo dos Custos dos Serviços Prestados, totalizou R\$ 136,9 milhões, um crescimento de 13,4% em relação aos R\$ 120,7 milhões obtidos em 2011. A Margem EBITDA Ajustada foi de 67,5%, apresentando um crescimento de 2,6 pontos percentuais.

**Considerando os efeitos da aplicação do IFRS em 2012**, o EBITDA totalizou R\$ 136,7 milhões, um crescimento de 15,7% em relação aos R\$118,1 milhões obtidos em 2011.

**A margem EBITDA considerando a aplicação do IFRS** atingiu 43,2% em 2012, uma queda de **4,0** pontos percentuais em relação a 2011.

<b>EBTIDA IFRS</b>			
(em milhares de R\$)	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>Var.</b>
Lucro do exercício	29,0	20,5	41,2%
Imposto de renda e contribuição social	15,0	10,6	41,4%
Resultado financeiro	69,1	67,4	2,6%
Depreciação e amortização	23,6	19,5	20,9%
Amortização de investimentos	-	-	0,0%
<b>EBTIDA</b>	<b>136,7</b>	<b>118,1</b>	<b>15,7%</b>
<b>Margem EBITDA</b>	<b>43,2%</b>	<b>47,2%</b>	<b>-4,0 p.p.</b>

<b>EBTIDA sem IFRS</b>			
(em milhares de R\$)	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>Var.</b>
<b>EBTIDA IFRS</b>	<b>136,8</b>	<b>118,1</b>	<b>15,8%</b>
Receita de construção	(113,6)	(64,5)	76,2%
Custo de construção	113,6	64,5	76,2%
Provisão para manutenção	0,2	2,7	-93,1%
<b>EBTIDA Ajustada</b>	<b>136,9</b>	<b>120,7</b>	<b>13,4%</b>
<b>Margem EBITDA Ajustada</b>	<b>67,6%</b>	<b>65,0%</b>	<b>2,6 p.p.</b>

## RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido em 2012 apresentou uma despesa de R\$ 69,1 milhões e R\$67,4 milhões em 2011. As principais despesas financeiras são juros sobre debêntures e financiamentos e variação monetária sobre debêntures.

## LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

Em 2012, o lucro líquido atingiu R\$ 29,0 milhões, alcançando uma margem líquida de lucro de 9,2%, correspondente a um aumento de 1,0 pontos percentuais em relação a 2011.

## DISPONIBILIDADE E ENDIVIDAMENTO

A Ecopistas encerrou dezembro de 2012 com saldo de caixa, bancos, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários vinculados de R\$ 76,0 milhões. A dívida bruta da Ecopistas atingiu R\$ 534,3 milhões em 31 de dezembro de 2012.

Endividamento (em milhões de R\$)	31/12/2012	31/12/2011	Var.	Taxas Atuais	Vencimento
BNDES	114,6	96,8	18,4%	taxa TJLP+2,45% a.a	jun-21
Debêntures	419,7	412,3	1,8%	IPCA+8,25%	jan-23
<b>Divida Total</b>	<b>534,3</b>	<b>509,1</b>	<b>4,9%</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	25,9	110,0	-76,5%		
Aplicação financeira vinculada	50,1	37,2	34,7%		
<b>Divida Líquida</b>	<b>458,3</b>	<b>361,9</b>	<b>26,6%</b>		

Série	Valor do Principal	Juros
1ª série	92.500	1.444
2ª série	92.500	1.444
3ª série	92.500	1.444
4ª série	92.500	1.444

## INVESTIMENTOS

Os investimentos realizados pela Companhia em 2012 totalizaram R\$ 115,8 milhões, apresentando um aumento de 71,8% se comparado aos R\$67,4 milhões em 2011.

CAPEX (em milhões de R\$)	2012			2011		
	Intangível/ Imobilizado	Custo de Manutenção	Total	Intangível/ Imobilizado	Custo de Manutenção	Total
Ecopistas	115,8	-	115,8	67,4	-	67,4

## GOVERNANÇA CORPORATIVA

O Grupo EcoRodovias se compromete, ao adotar as melhores práticas de governança corporativa, com a eficiência e a transparência de sua gestão e o firme propósito de criar valor para seus acionistas, uma vez que o objetivo é fazer com que as decisões sejam tomadas visando o melhor interesse da empresa a longo prazo.

Seguimos as práticas recomendadas pelo “Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa” do IBGC, dentre as quais destacam-se: Código de Conduta Empresarial aprovado pelo Conselho de Administração; transparência na divulgação dos resultados; cargos de presidente do conselho de administração e de executivo principal da companhia ocupados por pessoas diferentes; contratação de empresa de auditoria independente para a análise de balanços e demonstrativos financeiros; utilização de câmara de arbitragem para a resolução de conflitos societários; e política de divulgação de informações e manutenção de sigilo.

O Conselho de Administração é composto por cinco membros, e que possuem mandatos unificados de dois anos.

### **GESTÃO DE PESSOAS**

O Grupo EcoRodovias conquistou, em 2012, o direito de permanecer por mais um ano no restrito grupo de empresas que se diferenciam no mercado pela excelência na gestão de pessoas. Pela quarta vez consecutiva, está entre as 150 melhores empresas para se trabalhar no Brasil, de acordo com pesquisa da Você S.A/FIA e, pelo segundo ano consecutivo, no ranking das 130 Melhores Empresas para Trabalhar definido pela Revista Época/Great Place to Work. A área de Recursos Humanos prioriza programas que visam o bem-estar dos colaboradores, com destaque para o Programa de Formação de Líderes, que busca o desenvolvimento de competências dos colaboradores.

### **RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL**

Por meio de práticas e conceitos pré-definidos na Política de Responsabilidade Social, aprovada pelo Conselho de Administração, a EcoRodovias adota iniciativas que representam efetiva contribuição para o desenvolvimento sociocultural de diversos públicos de relacionamento, com ênfase para as comunidades lindeiras, usuários e colaboradores.

Dentre os programas de responsabilidade socioambiental do grupo, destaca-se o Ecoviver, programa que busca, de forma multidisciplinar, conscientizar crianças e jovens das escolas públicas dos municípios no entorno das rodovias administradas pelo grupo da necessidade de se dar uma destinação correta aos resíduos. Desde 2006, quando foi criado, o projeto já atendeu cerca de 227 mil crianças em 25 cidades nos estados de atuação da EcoRodovias.

### **RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES**

Em atendimento à instrução CVM 381/2003, informamos que a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2012: Auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”); Revisão das Informações Contábeis Intermediárias Trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 – “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”). Os honorários relativos a esses trabalhos são de R\$39 mil. A Companhia não contratou os Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria externa.

\*\*\*

*As informações no Relatório da Administração de 2012 sobre EBTIDA, tráfego total de veículos e tráfego total de eixos equivalentes EBIT, margem EBTIDA, capex, número de veículos pagantes e margem EBIT não foram auditadas pelos auditores independentes.*



## **Declaração dos diretores**

Após exame das demonstrações financeiras da Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. – ECOPISTAS referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, bem como o relatório sem ressalvas da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, a Diretoria aprovou as demonstrações financeiras em observância às disposições dos Incisos V e VI do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, declara que:

- Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes; e
- Reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012.

**Federico Botto**  
Diretor Presidente

**Flavio Viana de Freitas**  
Diretor Superintendente e de Relações com Investidores